



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



Só que a queda é assim: todos os dados sociais do Brasil, ou são assim, como na questão da educação, ou os negativos caem de maneira drástica.

É claro que a expectativa de vida, naturalmente, com isso tudo, aumenta. E aumentou. A nossa expectativa de vida, hoje, é de quase 69 anos, na média. Para a mulher é sempre mais do que 70. Os homens morrem um pouco antes. Isso é no mundo todo. Não é uma coisa peculiar daqui, não.

E houve, por consequência, um certo progresso, nessa área. Em certas áreas, o progresso foi espetacular. No combate à Aids, foi espetacular. É exemplo para o mundo. No combate à Aids, nenhum país teve tanta eficiência como o Brasil, por uma razão simples: porque o medicamento é gratuito para qualquer pessoa que dele precise e porque chamamos a sociedade civil, as organizações não-governamentais, muitas delas compostas por aidéticos, para ajudar no programa.

Isso teve um sucesso bastante grande. Nós atacamos o preço dos remédios, que é escandaloso. Continua sendo alto, mas atacamos. Os genéricos deram efeito: os preços baixaram. E, agora, nós vamos dar outros passos na distribuição gratuita para os mais pobres. Só não vamos distribuir em casa ainda, porque há certas dúvidas se isso é a melhor maneira de fazer, ou se não é. Mas já estão sendo distribuídos remédios de uso continuado para as camadas mais pobres, gratuitamente.

Então, essas questões são as que contam, efetivamente, para mostrar como se modifica a questão social num país. Não basta a democracia, ela é importantíssima, ela é fundamental. Não basta a estabilização da economia, embora seja fundamental. São necessárias políticas sociais que cheguem aos mais pobres, para acabar com a desigualdade, que não se acaba por decreto, senão por transformações contínuas. Precisamos de taxas de crescimento também maiores, embora a taxa de crescimento, depois do Real, até o ano 2000, tenha crescido 3,3%. Quando se pega a década, é menos, porque o começo da década é ruim. Mas, do Real para cá, 3,3%.

Bom, precisa-se de mais. Precisamos de muitas coisas e precisamos de saber levar mais adiante o rumo que está sendo traçado. Temos problemas. Talvez, nenhum país tenha combatido tanto epidemias

como o Brasil através de vacinação em massa. Não obstante, estamos com o dengue aí, que é uma dor de cabeça que vai precisar de apoio geral, porque, basicamente, a luta contra essa epidemia tem que ser uma luta que implique motivar a população para acabar com os focos do mosquito. E esse foco é terrível, porque vive em água limpa. Não é mosquito de água suja. É de água limpa. Então, ele vive na casa de todo o mundo. É preciso acabar com poças d'água em geral e isso não é fácil. Vamos ter que fazer uma campanha forte nesse sentido.

E a saúde no Brasil, hoje, é o SUS, o Sistema Único de Saúde. Portanto, não é a União. A União dá a política geral, os recursos, mas quem executa são os municípios e, às vezes, os estados. Houve uma mudança total. Tudo foi descentralizado. Então, os municípios têm que estar articulados. É responsabilidade nossa ajudar essa articulação, fiscalizar essa articulação e prover recursos, mas tem que haver uma mobilização geral para essas coisas possam avançar.

O fato é que, com essas medidas, de toda maneira, houve uma redução da pobreza no Brasil. A pobreza caiu. Na linha de pobreza, que, na medida internacional, é de 2 dólares *per capita* por dia, ela caiu de 43%, em 94, para 30%, no ano de 2000. Uma queda de 13%.

Eu digo sempre o seguinte: ela mais caiu quando foi feito o Plano Cruzado, porque estava mais alta a pobreza, que caiu para níveis equivalentes a quase 30%. Só que, no ano seguinte, voltou, subiu o nível de pobreza. Por quê? Por causa da inflação.

Então, as pessoas que pregam um pouquinho de inflação estão pregando um pouquinho de miséria, porque a inflação quem paga é o povo. E o povo mais pobre. Por isso, a política de controle da inflação não é para defender o mercado, o que já é importante, não é para defender o capital, o que já é importante. É para defender o bolso de todos, mas, sobretudo, dos mais pobres, porque os mais ricos ou mesmo a classe média sabem se defender. Quando a economia é indexada, eles põem o dinheiro no banco e se defendem. O pobre, não. Não tinha nem banco para pôr. Então, o salário era comido no meio do mês pela inflação.

Então, houve uma redução grande da inflação, mas, para dar novos passos, isso não basta, não podemos aceitar ter 30% da população em

nível de pobreza. É inaceitável para um país que já tem um nível de riqueza como tem o Brasil. É inaceitável. Então, ao dizer que é inaceitável, tem-se que fazer políticas consequentes.

Então, é isso que disse: é educação, é saúde, é acesso à terra e é crescimento econômico. Essa é uma receita para um país se constituir em uma nação digna de seus filhos, mais igualitária, mais democrática. Isso não é demagogia. Não adianta fazer discurso berrando. Pode fazer à vontade. Aqui é livre. Pode fazer. Quero saber como é que se faz no dia-a-dia, quais são as políticas que estão sendo implementadas. O Governo está sendo firme mesmo para evitar que volte a inflação? Está firme mesmo para evitar que se gaste sem poder gastar? Está firme mesmo para fazer a transferência para os estados e para os municípios? Existe população mobilizada para isso? Estão se criando as condições? É desta maneira que se avança.

Criamos, então, essas políticas universais e o que se chama de rede de proteção social, que os mais bem acomodados nem sabem que existe. No Brasil, hoje, todas as pessoas, todas, de 67 anos ou mais cuja família não tenha uma renda média de certo limite recebem um salário. E são todas, porque esse universo já se esgotou. Demograficamente, vamos ver o corte da idade, não tem mais para quem dar. Isso não existia. Foi a Loas – Lei Orgânica de Assistência Social – que criou isso, quando o Deputado Jutahy era Ministro do Bem-Estar Social, no Governo Itamar, mas não foi posta em prática. Eu a coloquei em prática.

Hoje, está feito. Todas as pessoas que têm deficiência física, desde que não tenham renda num certo nível, têm esse tipo de proteção.

Agora, criamos um outro sistema, que está tendo um certo sucesso, que é o Bolsa-Escola. Dentro de poucos meses, vou poder anunciar ao País que, efetivamente, 11 milhões de crianças já recebem a bolsa-escola. Ou melhor, as mães das crianças recebem essa pequena ajuda, pequena aos nossos olhos, mas é importante para a população, que, agora, temos que melhorar, ampliar, dependendo dos recursos. Onze milhões. Onze milhões de crianças significam, mais ou menos, uma terça parte de todas as crianças que estão na escola, no Brasil. No Brasil, temos 30 e poucos milhões de crianças nas escolas.

Diga-se de passagem: todo dia, cada criança recebe um prato de comida. O Governo é federal, e a ação é municipal. E tudo isso com o conselho das escolas. É o maior programa nutricional do mundo, porque são 30 e poucos milhões de pratos de comida por dia, pelo menos. Nos municípios onde existe a ação do Comunidade Solidária, aí, são dois pratos de comida.

Não estou dizendo isso como quem está satisfeito, não. É preciso mais. Mas nós fizemos. Não fiquei olhando o mundo e dizendo: "Olha, o Brasil é democracia; o Brasil tem a moeda estável; a economia vai crescer." Não. Isso não basta. A sociedade tem que melhorar. O que precisamos é de uma sociedade melhor, em que as pessoas possam ser mais felizes. E ainda não o podem em massa, porque nós ainda temos esse peso secular de atraso, porque nunca ninguém tinha feito uma rede de proteção social no Brasil.

Outro dia dei um dado aí que pode ter chocado um pouco. Eu disse: "Olha, o salário mínimo no Brasil nunca foi tão alto na história." E ele é baixíssimo. Só que os dados mostram que o salário mínimo, agora, mesmo antes do mês de abril, agora, é o mais alto da nossa história. Já vi que foi diferente no tempo do Getúlio. Só que no tempo do Getúlio era só no Rio de Janeiro e só para algumas categorias de trabalhadores. Na média brasileira, nem havia salário mínimo. Pouco a pouco, isso foi se estendendo para todo o Brasil. Por que é que estou dizendo isso? Para dizer que está bom? Não. Para dizer: "Olha, é difícil manter o rumo." Então, quando eu digo tudo isso, dá tristeza dizer que o salário mais alto da nossa história é o atual. Ele é baixíssimo. E era pior. Além do mais, tinha a inflação que comia o salário.

Enfim, há essa rede de proteção social, com essa bolsa-escola e a bolsa-gás, que nós estamos lançando agora, a bolsa-alimentação para as gestantes carentes e para a criança recém-nascida. A erradicação do trabalho infantil é um outro tipo de programa, para tirar a criança do trabalho forçado. Já tiramos quase um milhão de crianças do trabalho forçado. Tudo isso são sinais de que nós estamos ativos, no sentido de fazer com que a sociedade melhore. E a verdade é que, apesar de todas as dificuldades, o Brasil, economicamente, não deixou também de cres-

cer. Não cresceu tudo o que queríamos. Nunca cresce tudo o que queremos. No ano de 2000, cresceu 4,4%. No ano passado, caiu, por causa da Argentina, por causa da crise de energia, por causa dos Estados Unidos. Mas sempre há o imprevisível. Repito. Há o imprevisível. Neste ano, já vai crescer mais, porque mantivemos o rumo. E os jornalistas internacionais, quando olham o Brasil do ano passado, dizem: "Não naufragou." Muitos países naufragaram. Aqui não. Continuou num certo crescimento.

Muito bem, a indústria cresceu e, razoavelmente, os serviços também. Mas o que mais cresceu foi realmente a agricultura. No ano passado, cresceu 9%. Na agricultura, nós passamos de uma produção de 56 milhões de toneladas de grãos, que era o que nós produzíamos no começo dos anos 90, para mais de 100 milhões de toneladas de grãos: soja, milho. Mais de 100 milhões. A pecuária também cresceu muito. Isso tudo, naturalmente, não resolveu todos os nossos problemas. Desemprego. Eu estou vindo da Polônia. Na Polônia o desemprego está a 20%. O desemprego no Brasil subiu um pouco neste mês e foi 7 vírgula não-sei-quê. Era 6 vírgula não-sei-quê. Lá, na Europa, na Alemanha, está em 10.

Bom, ninguém pode estar contente quando tem 1% de desemprego. Mas, relativamente, por quê? Porque, apesar de que houve retenção da atividade econômica, houve muitos cursos de capacitação, o governo esteve ativo para criar mecanismos, inclusive na área dos senhores, das pequenas e micro empresas. Nós fizemos o Simples, que já foi lembrado aqui. Fizemos o Fácil. O Congresso aprovou o estatuto das micro e pequenas empresas. Fizemos o Brasil Empreendedor. São 25 bilhões de reais. É muito dinheiro para esse programa Brasil Empreendedor. A taxa de juros para esses programas não é essa taxa, é outra. A taxa de juros para quem vai investir na indústria não é essa taxa, é 10% ao ano. A taxa de juros para quem vai plantar é 8,75%. Se for um pequeno produtor, é 3,5%. O consumidor é quem paga um juro absurdo. O capital de giro paga um juro absurdo. Aí é que estão os problemas, porque isso não é do Governo, isso é do sistema bancário. Os governos, quando emprestam, não usam a Selic, o governo subsidia, porque, se o governo toma emprestado a 18 e empresta a 10, o Tesouro está pagando 8.

Então, de qualquer maneira, mesmo nessas áreas em que sei que há problemas, nós fizemos o Brasil crescer. Nós fizemos o Refis numa certa altura, em que todo o mundo estava que não se agüentava mais de dívida. O Refis botou essa dívida para o infinito, no tempo. Paga no decorrer do tempo. Falta fazer? Falta. Falta, mas algumas coisas importantes foram feitas. Falta, sobretudo, neste momento, fazer com que tenhamos a capacidade de crescer mais depressa. Para crescer mais só tem um caminho, que aqui foi dito: exportar. Só que exportar não é magia. Quando vou lá fora, faço propaganda do Brasil. Algum efeito tem. Tenho dito de brincadeira: "Avião, sou capaz até de poder vender, mas pente, sapato, não dá." São os empresários que têm que vender. Nós podemos apoiar no crédito, mas é preciso também que o empresariado se prepare para vender. Por que é que não se preparou nunca para vender muito lá fora? Por uma visão simples, porque nosso mercado é enorme. Isso é uma vantagem, aliás. Nós temos um imenso mercado.

Não exportamos quase nada. Do que produzimos, nós exportamos e importamos, mais ou menos, 100 bilhões, digamos. E produzimos 600 bilhões de dólares por ano. Então, é pouco mais de 15% a nossa cota.

Hoje, me encontrei com um alto funcionário da Romênia. Eles exportam 30% do Produto Interno: 30% do PIB seriam 180 bilhões de dólares. Nós exportamos quase 60. Por que isso? Porque temos um grande mercado interno, o que é bom.

Agora, claro que não precisamos de nos contentar com o mercado interno, porque sempre se precisa de moeda forte para importar equipamentos que não produzimos aqui, para importar um pouquinho do petróleo que ainda nos falta para sermos auto-suficientes. Então, vamos precisar, efetivamente, dar um grande impulso nessa área.

O Ministro Sérgio Amaral está cuidando, com intensidade, do que fazer nessa área. Hoje, está anunciado mais 1 bilhão de reais para o financiamento – 1 bilhão adicional para o financiamento das exportações. E estamos expandindo as exportações. De qualquer maneira, elas eram de 30 e poucos bilhões. Agora, são 56, 58 bilhões. Quer dizer, cresceram nesse período. E vão precisar crescer mais.

Bom, também conseguimos ter algum avanço no superávit comercial, no ano passado. Neste ano, espero que tenhamos um avanço maior. Sobretudo, investimos bastante, não o que nós queríamos. A taxa de investimento no Brasil caiu a 13% do Produto Interno. Agora, está em 20%. Se ele é de 600, estamos investindo, por ano, 120 bilhões de dólares.

Recebemos de fora uma parte desse dinheiro. O Brasil recebia de fora, quando eu era Ministro, entre 1 e 2 bilhões de dólares por ano. Agora, isso é, em média, mais de 2 bilhões por mês, mesmo em um ano ruim como foi o ano passado. É uma diferença. Mas, ainda assim, isso corresponde a quê? A 20, 25 bilhões de dólares, digamos, em média, 24 bilhões de dólares. Como o investimento global é de 120, 100 bilhões são daqui mesmo. Quer dizer, o grosso do investimento na economia brasileira se faz aqui dentro. É dos senhores. Não sei se de todos aqui. Talvez seja até um pouco forçado dizer que é dos senhores. É dos grandes empresários, dos bancos etc., etc. Nós, coitados... Mas, enfim, são 100 bilhões de dólares que são feitos aqui dentro.

Precisamos continuar dando apoio a isso, fortalecer o mercado nacional. O Congresso aprovou, ontem, uma decisão importante, que era a questão relativa à CPMF nas bolsas, porque precisamos, ardenteamente, criar mais poupança interna no Brasil, senão vamos estar sempre dependendo do capital externo para poder fechar nossas contas. Isso não é bom. Melhor é que tenhamos uma poupança mais forte.

Muito bem, qual é o resumo do que eu lhes quero transmitir? Primeiro, confiança no Brasil, e vou dizer por quê. Um povo que conseguiu fazer tantas coisas importantes, a partir da democracia, e manteve uma economia funcionando, organizada, que começou a atacar seus problemas centrais de pobreza, de miséria, e a melhorar a sua educação tem uma classe empresarial ativa e tudo o mais. Então, a mensagem é esta: estamos fazendo. Temos rumo. Precisamos continuar nesse rumo e temos confiança.

Agora, estou inteiramente de acordo com as palavras do nosso Presidente – do nosso Presidente aqui presente – de que tenho 10 meses de Governo. O Plano Real foi feito em menos de 10 meses. Em 10 meses, se

se quiser fazer alguma coisa, se faz. Não estou aposentado, não. Não vou me aposentar, não. Vou trabalhar até o dia 31 de dezembro.

Acabo de voltar de uma viagem, como disse a vocês, de cinco ou seis dias. Os que me acompanham sabem qual é o ritmo. Cansa. E vou lá, tenho que mudar de língua, tenho que falar do Brasil, tenho que discutir coisas mais complicadas. Faço com a maior tranqüilidade e energia, porque acho que o povo me colocou no Governo duas vezes para isso. Não é para ficar esperando como é que vai ser, como é que vou ser considerado na história. Isso é história. Temos que fazer o que é nossa responsabilidade hoje. Então, é minha responsabilidade continuar lutando.

Segurança pública é, sim, problema sério, em que tenho, sim, que me meter. Dengue é, sim, problema sério, em que tenho, sim, que me meter. E reforma tributária, também, também.

Sei que, freqüentemente, dizem: "É, o Presidente não quis. O Presidente preferiu recolher mais impostos e, por isso, não quis mexer." Bom, julgar o que é intenção dos outros é muito fácil, só que isso não tem é base. Evidentemente, precisamos de impostos, porque, para fazer o que estou dizendo aqui: rede de proteção social, pagar dívida, fazer estrada, programa de energia elétrica, tudo isso custa dinheiro. O dinheiro não é do Governo. O Governo não tem dinheiro. O Governo tira dinheiro através do imposto. Ele não produz dinheiro. Quando ele produz dinheiro, produz outro imposto, que é a inflação. Então, tem que tirar, tem que ter uma certa carga tributária, efetivamente. Isso é o óbvio.

Quero só lhes dizer, como tenho dito ultimamente, que o Imposto de Renda de Pessoa Física e o Imposto de Renda das empresas, todo ele, hoje, é repassado para os pobres. Esses programas que mencionei, de distribuição direta de renda – e, aí, estou incluindo, também, o seguro-desemprego e a aposentadoria rural, porque eles não contribuem e recebem –, custam mais ou menos 30 bilhões por ano. E o que se recolhe do Imposto de Renda de Pessoa Física e das empresas é menos que 30 bilhões.

É claro que o Governo tem outros impostos, também. Mas é preciso que haja, senão, como é que faz? Como é que vai dar dinheiro para

quem não tem? De uma forma ou de outra, há vários mecanismos e um deles é o do imposto.

Todos sabemos que esse sistema impositivo nosso é distorcido. Fui Senador, trabalhei nessa questão tributária, quando estava no Senado. Fizemos uma regulamentação sobre cada imposto apresentado na Constituinte. Então, por que não? Eu, às vezes, até me pergunto: “Mas, por que não? Por que não avança essa matéria?” Porque cada um tem uma idéia diferente do que seja reforma tributária. Evidentemente, cada contribuinte – condição em que me incluo – quer pagar menos. É natural. É imposto, não é voluntário. É imposto, ninguém dá voluntariamente.

Mas, não é essa a questão principal. É que cada setor do Governo quer receber uma fatia maior. Então, a Constituição de 88 tirou da União e deu, basicamente, para os municípios e um pouco para os estados. O que aconteceu com a Constituição de 88 foi que a União ficou sem dinheiro e os estados e municípios, com dinheiro.

Bom, então, o que a União fez? Criou contribuições sociais, porque a contribuição social não se divide com os estados e municípios, como é a questão do Cofins e do PIS, que financia os gastos da União.

Muito bem. Ainda assim, há muitas propostas de reforma tributária. Algumas não entendo por que não se votam. Por exemplo, para os senhores, que são pequenos e microempresários, o imposto, hoje, que mais pesa, provavelmente, é o ICMS. Bom, o Governo apresentou várias propostas, mas tem uma que está no Senado. Não, está na Câmara, ainda, que é a seguinte: regulamenta essa questão, cria um só imposto para todos os estados, que não pode ser diferente de um estado para outro. É o Senado quem fixa e evita os abusos. Tem uma alíquota de 5 para cima e 5 para baixo. Nem a Comissão foi constituída para estudar essa proposta. E eu vejo: “O Presidente é que não quer.” Será? Ou será que, realmente, é um problema político, comprehensível, porque isso vai mexer e uns estados vão perder e outros vão ganhar?

Por que não se faz um imposto que o mundo inteiro tem, que se chama IVA – o Imposto de Valor Agregado? Porque tem que mudar de cobrar o imposto na origem para cobrar no destino, como é no mundo

todo. Quando deixar de cobrar na origem e cobrar no destino, os estados que mais recebem na origem não vão querer.

Mas, não sou eu que não quero. É um problema político, de poder, de distribuição de poder, de distribuição de força. Fica bloqueado. Então, você apresenta a emenda lá, todo mundo diz: "Ah, que boa!" Não passa.

Outro dia, fiquei surpreso. Mandamos uma emenda, criando isonomia, que sempre pediram, ou seja, fazendo com que as importações pagassem o PIS/ Cofins, para não ficar mais barato importar do que comprar do produtor aqui. Não passou. Sabe por quê? A Confederação Nacional da Indústria ficou contra. Por quê? Por uma razão simples: porque muito insumo é importado.

Então, não há solução fácil para isso. Se houvesse, eu já teria feito. Eu, não, o Congresso teria feito, não é isso? Já teria aprovado.

Outro dia, o Deputado Delfim Netto foi designado relator da CPMF. O Deputado Delfim é favorável à reforma tributária, como eu também. Fomos antigos colegas da Faculdade de Economia, lá atrás. Ele é mais velho que eu, fomos colegas. Eu brinco sempre com ele: bem mais.

Mas, de qualquer maneira, ele era professor de uma cadeira e eu de outra, na Faculdade de Economia de São Paulo. Então, chamei o Delfim e falei: "Delfim, você, agora, é o relator. Resolve a questão da cumulatividade." Não resolveu. Por quê? Porque não conseguiu. Eu pedi para ele resolver. Fez uma proposta, não resolveu.

Ainda assim, está criada uma nova comissão lá no Congresso, para ver se se encaminha alguma coisa. E nós estamos interessados, empenhados em ver. Agora, é preciso que se entenda a natureza do problema, porque, senão, é fácil dizer: "Eu quero, eu quero, eu quero. O Presidente não quis." Por que o Presidente não vai querer?

Se todo mundo diz que, diminuindo o imposto para cada um, acaba-se recebendo mais, que, sendo mais racional, se recebe mais, porque é que não vou querer? Não sou eu quem não quer, é que há situações de interesse conflitantes. Nós vamos precisar resolver essa situação. É uma questão política. É uma questão de esclarecer. Por isso, eu estou dando os dados, para esclarecer. Porque acredito nisso. Eu não quero enganar ninguém.

Se eu fosse cínico, eu diria: "Bom, agora que estou no fim do Governo, vou fazer uma reforma. Por quê? Não vou pagar mais nada, quem vai pagar é o próximo." Não se pode aumentar imposto no mesmo ano, não é isso?

Mesmo que eu quisesse ter essa atitude cínica, que não terei, vou pensar no Brasil e não em outra coisa. E não vai adiantar, porque nós precisamos criar um consenso nacional sobre a distribuição dos poderes e o mecanismo que vai permitir, que vai sustentar essa reforma tributária. Precisamos ter mais esclarecimento de boa-fé sobre as questões, menos demagogia, mais competência técnica e mais esclarecimento, porque, realmente, o Brasil não vai poder entrar nas negociações com a Europa, com a América do Sul, com os Estados Unidos, com esse sistema tributário que nós temos. Ele é empecilho, grande empecilho para o progresso econômico.

Ora, então, se o Presidente da República, que foi Ministro da Fazenda, que foi Senador, lidou com essas questões e aplaudiu vocês, em pé, quando vocês falaram em reforma tributária, não a faz, ou ele é cínico – o que não sou – ou, então, é porque há alguma razão mais forte que a vontade do Presidente ou mesmo que a vontade de cada um de nós.

Há uma questão de entravamento político. Quer dizer, uns vão ganhar e outros vão perder. Esta é a questão: uns ganham, outros perdem. É claro que tenho que defender o interesse da maioria, o interesse geral. Então, tenho que defender uma carga tributária que permita continuar avançando no social, na educação, na saúde, nessas coisas todas. Mas dá para buscar um mecanismo razoável que permita avançar nessa questão tributária.

Pois, eu lhes digo – sei que vão dizer, amanhã: "O Presidente, mais uma vez, está enrolando, não-sei-quê e tal, porque, se quisesse, ele faria e tal." Está bem, digam o que disserem, mas posso lhes dizer o seguinte: vou continuar empenhado na questão. Para ser sincero, hoje à noite, tenho uma reunião sobre isso. Hoje à noite, por coincidência, Cheguei hoje, nessa madrugada. Hoje à noite, tenho uma reunião com o Ministro da Fazenda.

Porque, também, o Ministro da Fazenda fica "quebrando a pestana", para ver como é que se avança nessa matéria. Qual é o brasileiro ou a

brasileira que não quer avançar em matéria tributária? Não há nenhum. Se não há nenhum, nós temos que descobrir como fazê-lo. Tem que haver um pouco de compreensão. Cada um vai ter que ceder um pouco, para se ter um sistema mais racional. E esse sistema mais racional não vai ser implantado do dia para a noite, mas dá para fazer numa perspectiva de tempo.

Como sou uma pessoa de fé, eu confio no Brasil, confio no talento dos brasileiros, confio em nossa energia. Sei que queremos melhorar este país. Sei que as coisas que disse aqui não são da boca para fora. Nós estamos lutando para que as coisas avancem. E eu, que sou uma pessoa de fé, acho que nós vamos, ainda, lutar mais. E ainda temos tempo, até o fim do meu mandato, para darmos alguns passos, pelo menos na reforma tributária. Aí vou contar com vocês. Eu espero que, com o entusiasmo com que fizeram a demanda, façam depois no Congresso, para que o Congresso, junto comigo, avance nessas demandas que estão sendo feitas aqui, que vou, dentro do razoável, endossar.

Muito obrigado. Que tenham muito boa sorte e sigam confiantes em vocês mesmos e no Brasil!